



T1455002N

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (MPRS)
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 061/2025-SUBADM

TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

NOME _____

INSCRIÇÃO _____

Nível
MÉDIO

Turno
TARDE

PROVA

01

Na Folha de Respostas, no local indicado, lembre-se de preencher o Número da Prova!

Material recebido

- ✓ Prezado(a) candidato(a), além deste Caderno de Questões com **sessenta questões objetivas**, você receberá a Folha de Respostas. Verifique se seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição estão corretos.
- ✓ Confira seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.

Material a ser devolvido

- ✓ O único documento válido para a avaliação é a Folha de Respostas, a qual deve ser devolvida ao fiscal devidamente assinada no local destinado a esse fim.
- ✓ Na Folha de Respostas, os alvéolos devem ser preenchidos da seguinte maneira: ●
- ✓ Para todo e qualquer preenchimento, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

Duração da prova e permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, você estará liberado(a) para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, entretanto **NÃO** poderá se retirar da sala com qualquer tipo de anotação e/ou com o Caderno de Questões, o qual poderá ser levado somente ao término do prazo de realização da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos(as) só poderão se retirar da sala juntos(as), após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.

Divulgação

- ✓ Os Cadernos de Questões e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOC**, no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, conforme previsto em Edital.

***O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, neste Caderno e na Folha de Respostas incorrerá em sua eliminação.**



instituto aocp



Informática

1

Os softwares utilitários são programas que oferecem funcionalidades específicas para melhorar o desempenho, a segurança ou a usabilidade de um sistema computacional. Entre esses utilitários, existem aqueles voltados para a gestão de e-mails. Assinale a alternativa que apresenta um software classificado como cliente de e-mail.

- (A) IrfanView.
- (B) Microsoft Outlook.
- (C) Google Meet.
- (D) VLC Media Player.
- (E) Kaspersky.

2

Ao utilizar o sistema operacional Microsoft Windows 11 (em português), é possível nomear pastas e arquivos, entretanto alguns caracteres e nomes são reservados do sistema operacional e, portanto, não podem ser utilizados. Considerando essa informação, assinale a alternativa que apresenta um nome de pasta permitido, ou seja, que não é reservado do sistema operacional.

- (A) AUX
- (B) COM2
- (C) LPT4
- (D) AHL
- (E) CON

3

Os discos de armazenamento são dispositivos utilizados para guardar dados de forma permanente ou temporária, sendo essenciais para o funcionamento de qualquer computador ou sistema digital. Considerando alguns desses discos de armazenamento, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Um SSD (Solid State Drive) utiliza discos magnéticos e cabeças de leitura para acessar os dados.
 - () Um HDD (Hard Disk Drive) armazena dados usando memória flash, sem partes móveis.
 - () O pendrive tem armazenamento portátil com memória flash.
- (A) V – V – V.
 - (B) F – F – F.
 - (C) V – F – V.
 - (D) F – F – V.
 - (E) V – F – F.

4

Durante uma verificação de rotina nos sites institucionais, um servidor do MPRS identificou que algumas páginas oficiais apresentavam lentidão e erros de exibição ao serem acessadas pelo Google Chrome (em português). Ao perceber que o problema persistia mesmo após limpar os dados de navegação e reiniciar o navegador, o servidor decidiu informar o ocorrido diretamente à equipe de suporte do navegador, utilizando o formulário de feedback. Para isso, ele utilizou qual dos seguintes atalhos do teclado?

(Obs.: o caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação.)

- (A) Ctrl + Shift + g
- (B) Ctrl + Shift + j
- (C) Ctrl + Shift + m
- (D) Alt + Shift + a
- (E) Alt + Shift + i

5

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018 – Cap. IV – Dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais, Seção I – Do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, Art. 41, § 2º, as atividades do encarregado consistem em, EXCETO

- (A) revisar contratos jurídicos da empresa com foco em cláusulas comerciais.
- (B) executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.
- (C) orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais.
- (D) receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências.
- (E) aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências.

Raciocínio Lógico-Matemático

6

Ao realizar os registros das quantidades de correspondências expedidas pelo MP em cada um dos seis dias úteis de trabalho, um técnico registrou a seguinte sequência numérica: (2, 5, 10, 17, 26, x), sendo x um número inteiro e que representa a quantidade de correspondências expedidas no sexto dia útil, mas que não foi possível ser identificado no momento da leitura desses registros. Sabendo que os elementos dessa sequência obedecem a uma lei de formação, então a quantidade de correspondências expedidas no sexto dia, ou seja, o valor de x, é igual a

- (A) 15.
- (B) 26.
- (C) 37.
- (D) 48.
- (E) 59.

7

Considere que 3 técnicos do MP, dedicando 2 horas diárias de trabalho, realizam o fichamento de 75 processos no período de 5 dias. O número de dias necessários para 5 técnicos, com a mesma eficiência dos técnicos mencionados anteriormente, realizarem o fichamento de 300 processos, dedicando 3 horas diárias de trabalho, será de

- (A) 10 dias.
- (B) 4 dias.
- (C) 16 dias.
- (D) 2 dias.
- (E) 8 dias.

8

Os técnicos André, Bete e Clóvis atuam em um setor do MP, sendo que cada um deles exerce uma atividade diferente: digitação de relatórios, fichamento de arquivos e coleta de dados para pesquisas, não necessariamente nessa ordem. Considere que somente uma das seguintes afirmações seja verdadeira:

- André exerce a atividade de digitação de relatórios;
- Bete não exerce a atividade de digitação de relatórios;
- Clóvis não exerce a atividade de coleta de dados para pesquisas.

Com base nessas informações, é correto afirmar que as respectivas atividades exercidas, nesse setor, por Bete e Clóvis são:

- (A) digitação de relatórios e fichamento de arquivos.
- (B) digitação de relatórios e coleta de dados para pesquisas.
- (C) fichamento de arquivos e coleta de dados para pesquisas.
- (D) coleta de dados para pesquisas e digitação de relatórios.
- (E) coleta de dados para pesquisas e fichamento de arquivos.

9

Em determinado dia de trabalho no MP, foram realizadas 400 pesquisas em bancos de dados eletrônicos. Essas pesquisas abrangeram assuntos administrativos – especificamente relacionados às áreas de pessoal, patrimonial ou financeira – ou trataram de outros temas. As seguintes informações são conhecidas:

- 200 pesquisas trataram de questões de pessoal;
- 180 pesquisas abordaram questões patrimoniais;
- 150 pesquisas envolveram questões financeiras;
- 70 pesquisas trataram de exatamente duas das três áreas administrativas;
- 50 pesquisas foram referentes a outros assuntos (não administrativos);
- A quantidade de pesquisas que se referem exclusivamente à área de pessoal é o dobro da quantidade de pesquisas que se refere exclusivamente à área financeira.

Com base nessas informações, a quantidade de pesquisas que abordaram simultaneamente as três áreas administrativas (pessoal, patrimonial e financeira) é igual a

- (A) 25.
- (B) 30.
- (C) 45.
- (D) 55.
- (E) 60.

10

Analisando os tempos de carreira atuais de dois técnicos atuantes no MP, sabe-se que:

- Wilson tem o dobro do tempo de carreira de Fernando acrescido de 4 anos;
- Daqui a 10 anos, a soma do tempo de carreira de ambos será 42 anos.

Diante dessas informações, qual é o tempo de carreira atual do Técnico Wilson?

- (A) 18 anos.
- (B) 16 anos.
- (C) 14 anos.
- (D) 12 anos.
- (E) 10 anos.

Língua Portuguesa

Leia o texto a seguir para responder às questões de 11 a 17.

Texto 1

Sem cultura não há partilha; sem língua não há cidadania nem futuro

Falar português é mais do que dominar um idioma: é compreender códigos sociais, partilhar valores e histórias

José Manuel Diogo

Nesta segunda-feira (5), Dia Mundial da Língua Portuguesa, celebramos não apenas um idioma, mas uma comunidade. Uma língua não é apenas um conjunto de palavras – é um território partilhado, um exercício contínuo de cidadania. E é por isso que, ao olharmos para os recentes debates sobre imigração em Portugal, devemos recolocar a língua no centro da equação: como critério de integração, como vetor de cultura e, sobretudo, como fundamento da cidadania contemporânea.

Os dados falam por si: dos 4.500 imigrantes recentemente notificados para deixar Portugal, apenas cerca de 10% são brasileiros. Esse número, silencioso, revela uma prática que merece ser assumida como política – a valorização da língua como instrumento de inclusão.

Falar português é mais do que dominar um idioma: é participar de uma cultura, compreender códigos sociais, partilhar valores e histórias. É estar pronto para exercer uma cidadania ativa, mesmo antes de qualquer formalização administrativa.

A cidadania, aliás, é o fio que liga todos os argumentos sobre imigração. Porque não se trata apenas de entrar num país – trata-se de participar nele. E essa participação só se realiza de forma plena quando há cultura comum. A língua, nesse sentido, não é uma barreira: é a porta de entrada. Quem fala a nossa língua já iniciou o percurso da cidadania. E ignorar isso é negar a própria natureza do convívio democrático.

Portugal, como país historicamente emigrante, deveria ter essa consciência profundamente enraizada. Fomos – e somos – milhões lá fora. E o que nos manteve ligados ao país de origem não foi a distância medida em quilômetros, mas a continuidade da língua. Ela nos permitiu manter os afetos, transmitir memórias, educar os filhos. Ela foi – e é – a nossa forma mais duradoura de cidadania.

Por isso, quando se verificam identidades, quando se traçam fronteiras administrativas, é urgente reconhecer que, sem cultura partilhada, toda a política migratória será falha. A cidadania não se constrói apenas com documentos – constrói-se com convivência. E não há convivência duradoura sem linguagem comum.

Precisamos nos juntar cotidianamente em torno do que é diferente e partilhá-lo para que se torne comum. Isso fará com que a língua portuguesa não seja apenas celebrada em discursos, mas assumida como um pilar ativo de integração e de cidadania global.

Neste 5 de maio, que saibamos ver na língua o que ela realmente é: um lugar onde pertencemos, antes mesmo de chegarmos. E que saibamos reconhecer nos que partilham essa língua o direito pleno de também pertencer.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2025/05/sem-cultura-nao-ha-partilha-sem-lingua-nao-ha-cidadania-nem-futuro.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2025.

11

Em relação às relações sintático-semânticas estabelecidas entre as orações do Texto 1, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] ao olharmos para os recentes debates sobre imigração em Portugal, devemos recolocar a língua no centro da equação [...]”, a primeira oração expressa um sentido de causa em relação à segunda.
- (B) Em “E essa participação só se realiza de forma plena quando há cultura comum.”, a oração temporal se localiza no final do período porque expressa um sentido de adição em relação à primeira.
- (C) Em “A língua, nesse sentido, não é uma barreira: é a porta de entrada.”, a segunda oração expressa um sentido de oposição em relação à primeira.
- (D) Em “[...] quando se traçam fronteiras administrativas, é urgente reconhecer que [...]”, o termo em destaque poderia ser substituído por “porque” sem que isso modificasse a relação sintático-semântica estabelecida entre as orações.
- (E) Em “Precisamos nos juntar cotidianamente em torno do que é diferente e partilhá-lo para que se torne comum.”, a última oração é classificada como consecutiva, pois expressa um sentido de consequência em relação às demais.

12

Considerando o excerto a seguir: “Neste 5 de maio, que saibamos ver na língua o que ela realmente é: um lugar onde pertencemos, antes mesmo de chegarmos.”, assinale a alternativa correta quanto ao uso de seus elementos de coesão.

- (A) O emprego de “neste”, ao invés de “nesse”, justifica-se porque o termo se refere a um elemento que já foi mencionado anteriormente no texto.
- (B) A substituição do verbo “saibamos”, no modo subjuntivo, por “sabemos”, no modo indicativo, causaria problemas de coesão no excerto.
- (C) A utilização da elipse do pronome “nós” antes dos verbos “saibamos”, “pertencemos” e “chegarmos” não é um recurso de coesão indicado para textos jornalísticos.
- (D) O termo “ela” funciona como um pronome catafórico, apontando para um referente que será mencionado posteriormente no texto.
- (E) O termo “onde” pode ser substituído por “que” mantendo-se a adequabilidade na norma-padrão da língua portuguesa.

13

Em relação à estrutura e à formação de palavras no Texto 1 assinale a alternativa correta.

- (A) Em “imigrantes”, o prefixo “i” é adicionado à palavra “migrantes” para indicar “aqueles que saem do seu país de origem”.
- (B) Em “recolocar”, o prefixo “re” apresenta o mesmo sentido que em “recente”.
- (C) As palavras “sobretudo” e “duradoura” são formadas pelo mesmo processo: composição.
- (D) As palavras “brasileiro” e “global” são formadas pelas mesmo processo: derivação sufixal.
- (E) O plural da palavra “qualquer” é formado a partir da adição do “-s” ao final: qualquers.

14

Assinale a alternativa em que o termo destacado pode ser colocado em outra posição sem que isso infrinja as regras de colocação pronominal da norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) “Porque não se trata apenas de entrar num país [...]”.
- (B) “[...] trata-se de participar nele.”.
- (C) “E essa participação só se realiza de forma plena [...]”.
- (D) “[...] quando se verificam identidades [...]”.
- (E) “Ela nos permitiu manter os afetos [...]”.

15**Quanto ao emprego de locuções verbais no Texto 1, assinale a alternativa correta.**

- (A) Em “Precisamos nos juntar cotidianamente em torno do que é diferente [...]”, o verbo “precisamos” integra uma locução verbal e é classificado como um auxiliar modal.
- (B) Em “Portugal, como país historicamente emigrante, deveria ter essa consciência profundamente enraizada.”, a troca de “deveria ter” por “teria” não alteraria o sentido do excerto.
- (C) Em, “Neste 5 de maio, que saibamos ver na língua o que ela realmente é [...]”, a expressão em destaque forma uma locução verbal que indica futuro.
- (D) Em “[...] devemos recolocar a língua no centro da equação [...]”, o verbo “devemos” se combina com “recolocar” para constituir voz passiva.
- (E) Em “[...] devemos recolocar a língua no centro da equação [...]”, o verbo “devemos” se combina com “recolocar” para constituir um tempo composto: o pretérito mais-que-perfeito do indicativo.

16**Sobre o emprego dos sinais de pontuação no Texto 1, assinale a alternativa correta.**

- (A) Em “[...] é participar de uma cultura, compreender códigos sociais, partilhar valores e histórias.”, as vírgulas são de uso facultativo.
- (B) Em “A cidadania, aliás, é o fio que liga todos os argumentos sobre imigração.”, as vírgulas são obrigatórias porque isolam um adjunto adverbial de tempo.
- (C) Em “Fomos – e somos – milhões lá fora.”, os travessões podem ser substituídos por vírgulas ou por parênteses sem que isso cause prejuízo sintático ao excerto.
- (D) Em “[...] que saibamos ver na língua o que ela realmente é: um lugar onde pertencemos [...]”, os dois pontos podem ser omitidos sem que isso cause prejuízo sintático ao excerto.
- (E) Em “Sem cultura não há partilha; sem língua não há cidadania nem futuro”, o ponto e vírgula representa uma pausa mais breve que a vírgula.

17**Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma interpretação correta para o excerto, considerando-se a presença do termo “apenas” como uma marca linguística que orienta essa interpretação.**

- (A) Em “Uma língua não é apenas um conjunto de palavras [...]”, é possível pressupor que a língua é também um conjunto de palavras.
- (B) Em “Nesta segunda-feira (5), Dia Mundial da Língua Portuguesa, celebramos não apenas um idioma [...]”, é possível pressupor que, na data mencionada, celebra-se também um idioma.
- (C) Em “Isso fará com que a língua portuguesa não seja apenas celebrada em discursos [...]”, é possível pressupor que isso fará com que a língua também seja celebrada em discursos.
- (D) Em “A cidadania não se constrói apenas com documentos [...]”, é possível pressupor que a cidadania também se constrói com documentos.
- (E) Em “[...] dos 4.500 imigrantes recentemente notificados para deixar Portugal, apenas cerca de 10% são brasileiros.”, é possível pressupor que os 4.500 imigrantes também são portugueses.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 18 a 28.

Texto 2

Do burnout ao propósito: a nova jornada psicológica nas organizações

Caminho consiste em abordagens preventivas, que fomentem um ciclo virtuoso de produtividade, comprometimento e bem-estar

Clécio Branco

O trabalho sempre ocupou um lugar central em nossas vidas – mas raramente a saúde de quem trabalha foi tratada com a mesma importância. Isso começa a mudar, ainda que lentamente. Agora, até mesmo a linguagem normativa dá sinais de transformação: a nova redação da Norma Regulamentadora 1 (NR-1), que entra em vigor neste mês, passa a reconhecer os riscos psicossociais – como ansiedade, estresse e depressão – como parte da realidade que precisa ser cuidada no ambiente laboral.

Esse avanço regulatório é consequência de um cenário que já vinha se agravando: o crescimento dos transtornos mentais associados ao trabalho, os altos índices de afastamento e a dificuldade de retenção e engajamento dos profissionais. O adoecimento psíquico se tornou, infelizmente, uma marca da era contemporânea.

Desde os primórdios da industrialização, o bem-estar dos trabalhadores foi negligenciado. Os departamentos de pessoal, no passado, limitavam-se à lógica da produtividade. A saúde mental só passou a ser levada a sério quando os impactos econômicos do esgotamento se tornaram evidentes.

Hoje, a transformação é mais profunda. Vivemos na chamada sociedade do desempenho, em que a pressão não vem apenas do chefe: ela está internalizada. Cada profissional tornou-se gestor de si mesmo, cobrando-se o tempo todo, respondendo a e-mails no jantar, gerenciando metas pessoais como se fosse uma empresa. O telefone celular se transformou no símbolo dessa vigilância constante, dissolvendo as fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de vida.

Nesse contexto, o trabalho deixou de ser apenas atividade e passou a ser identidade. E isso trouxe consequências. Condições como burnout, déficit de atenção e ansiedade crônica têm se tornado comuns – não por fragilidade individual, mas por estruturas que não reconhecem limites humanos.

As novas gerações não se reconhecem mais nos modelos tradicionais. A ideia de uma carreira estável numa única empresa parece anacrônica. Ganha espaço uma busca por propósito, por coerência entre o que se faz e o que se acredita. O trabalhador contemporâneo quer mais do que salário: quer sentido, autonomia e saúde emocional.

Esse cenário exige um novo olhar das empresas. A "ecosofia", proposta pelo filósofo Félix Guattari, oferece uma chave de leitura interessante ao propor o cuidado simultâneo com três dimensões: o ambiente, as relações sociais e o mundo interno de cada pessoa. Negligenciar uma dessas esferas compromete o sistema como um todo.

A saúde no trabalho, portanto, não pode mais ser pensada apenas como ergonomia ou ergonomia emocional. É preciso ir além dos benefícios pontuais e promover uma mudança cultural real – onde cuidar da mente não seja exceção, mas prática cotidiana.

Apesar do avanço tecnológico, as relações de trabalho não acompanharam essa evolução. Elas se tornaram mais líquidas, mais impessoais e, muitas vezes, mais desumanas. Normas como a NR-17 já apontavam para fatores biopsicossociais, mas a mudança necessária não virá apenas por meio da legislação.

Sem saúde, a realização pessoal torna-se inviável; sem realização, o engajamento sustentável é impossível. O caminho consiste em políticas eficazes de saúde ocupacional, com abordagens preventivas, que fomentem um ciclo virtuoso de produtividade, comprometimento e bem-estar nas organizações.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaofolha/2025/05/do-burnout-ao-proposito-a-nova-jornada-psicologica-nas-organizacoes.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2025.

18

A partir da leitura do Texto 2, é correto afirmar que

- (A) a nova redação da Norma Regulamentadora 1 (NR-1) obriga as empresas a fornecerem tratamentos para problemas psicossociais.
- (B) problemas como burnout, déficit de atenção e ansiedade crônica estão relacionados a fatores de ordem social.
- (C) o objetivo principal do texto é tratar das causas do adoecimento psíquico no ambiente de trabalho.
- (D) a solução para melhorar a saúde mental no ambiente trabalho é que o trabalhador não busque por propósito, mas apenas por salário.
- (E) as relações de trabalho evoluíram em consonância com a tecnologia, visto que a produtividade, o comprometimento e o bem-estar dos trabalhadores aumentaram.

19

Em relação à estrutura e à formação de palavras presentes no Texto 2, assinale a alternativa correta.

- (A) A palavra “bem-estar” é formada pela adição do prefixo “bem” ao verbo “estar”.
- (B) Tanto “lentamente” quanto “infelizmente” são formadas pelo mesmo processo: composição por justaposição.
- (C) Na palavra “impessoal”, o prefixo “im” apresenta o sentido de “movimento para dentro” como em “ingerir”.
- (D) Na palavra “Ecosofia”, é possível inferir, pelas informações do texto, que ocorre a junção da palavra “eco” (som) com o sufixo “sofia” (beleza).
- (E) Em “infelizmente” e “desumana”, os prefixos “in” e “des” apresentam o mesmo significado: negação.

20

Assinale a alternativa que analisa corretamente o verbo auxiliar destacado.

- (A) Em “Isso começa a mudar, ainda que lentamente.”, o termo destacado é um verbo auxiliar modal que indica obrigação.
- (B) Em “Esse avanço regulatório é consequência de um cenário que já vinha se agravando [...]”, o verbo auxiliar destacado indica o desenvolvimento gradual da ação de “agravar-se”.
- (C) Em “Nesse contexto, o trabalho deixou de ser apenas atividade e passou a ser identidade.”, o verbo auxiliar destacado constitui com o principal a voz passiva.
- (D) Em “Nesse contexto, o trabalho deixou de ser apenas atividade e passou a ser identidade.”, o verbo auxiliar destacado constitui com o principal o futuro do presente composto.
- (E) Em “A saúde no trabalho, portanto, não pode mais ser pensada apenas como ergonomia [...]”, o verbo auxiliar destacado indica o início de uma ação.

21

Assinale a alternativa em que o uso de vírgula(s) é opcional do ponto de vista sintático.

- (A) “[...] três dimensões: o ambiente, as relações sociais e o mundo interno de cada pessoa.”.
- (B) “Desde os primórdios da industrialização, o bem-estar dos trabalhadores foi negligenciado.”.
- (C) “[...] a nova redação da Norma Regulamentadora 1 (NR-1), que entra em vigor neste mês, passa a reconhecer os riscos psicossociais [...]”.
- (D) “Hoje, a transformação é mais profunda.”.
- (E) “Normas como a NR-17 já apontavam para fatores biopsicossociais, mas a mudança necessária não virá apenas por meio da legislação.”.

22

Assinale a alternativa em que o termo destacado NÃO retoma um referente já mencionado no Texto 2, não podendo ser classificado, portanto, como um pronome relativo.

- (A) “Vivemos na chamada sociedade do desempenho, em que a pressão não vem apenas do chefe [...]”.
- (B) “[...] a nova redação da Norma Regulamentadora 1 (NR-1), que entra em vigor neste mês [...]”.
- (C) “[...] com abordagens preventivas, que fomentem um ciclo virtuoso de produtividade [...]”.
- (D) “Isso começa a mudar, ainda que lentamente.”.
- (E) “Esse avanço regulatório é consequência de um cenário que já vinha se agravando [...]”.

23

Assinale a alternativa que apresenta entre parênteses um sinônimo para a palavra destacada.

- (A) “Negligenciar uma dessas esferas compromete o sistema como um todo.” (Descuidar).
- (B) “Condições como burnout, déficit de atenção e ansiedade crônica têm se tornado comuns [...]” (Ocasional).
- (C) “Sem saúde, a realização pessoal torna-se inviável [...]” (Exequível).
- (D) “[...] com abordagens preventivas, que fomentem um ciclo virtuoso de produtividade [...]” (Esmorecem).
- (E) “[...] com abordagens preventivas, que fomentem um ciclo virtuoso de produtividade [...]” (Vicioso).

24

Assinale a alternativa em que a reescrita fornecida entre parênteses para o excerto está correta em relação às regras de concordância verbal da norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) “A saúde mental só passou a ser levada a sério quando os impactos econômicos do esgotamento se tornaram evidentes.” (A saúde mental só passou a ser levada a sério quando os impactos econômicos do esgotamento se tornou evidente).
- (B) “É preciso ir além dos benefícios pontuais [...]” (São precisos irmos além dos benefícios pontuais).
- (C) “Cada profissional tornou-se gestor de si mesmo [...]” (Cada um dos profissionais tornaram-se gestor de si mesmo).
- (D) “Condições como burnout, déficit de atenção e ansiedade crônica têm se tornado comuns [...]” (Condições como burnout, déficit de atenção e ansiedade crônica tem se tornado comuns).
- (E) “[...] raramente a saúde de quem trabalha foi tratada com a mesma importância [...]” (Raramente a saúde dos que trabalham foi tratada com a mesma importância).

25

Assinale a alternativa em que a expressão destacada aponta para um referente do contexto extralinguístico.

- (A) “[...] a nova redação da Norma Regulamentadora 1 (NR-1), que entra em vigor neste mês [...]” (1º parágrafo).
- (B) “Esse avanço regulatório é consequência de um cenário que já vinha se agravando [...]” (2º parágrafo).
- (C) “Nesse contexto, o trabalho deixou de ser apenas atividade e passou a ser identidade.” (5º parágrafo).
- (D) “E isso trouxe consequências.” (5º parágrafo).
- (E) “Elas se tornaram mais líquidas [...]” (9º parágrafo).

26

Assinale a alternativa que analisa corretamente a função do(s) elemento(s) destacado(s).

- (A) Em “A ‘ecosofia’, proposta pelo filósofo Félix Guattari, oferece uma chave de leitura interessante [...]”, o termo destacado avalia negativamente a proposta do filósofo.
- (B) Em “É preciso ir além dos benefícios pontuais [...]”, a expressão destacada avalia positivamente a saúde no trabalho.
- (C) Em “O adoecimento psíquico se tornou, infelizmente, uma marca da era contemporânea.”, o termo destacado expressa descontentamento por parte do autor.
- (D) Em “A saúde no trabalho, portanto, não pode mais ser pensada apenas como ergonomia ou ergonomia emocional.”, o termo destacado indica que a informação veiculada é uma causa para o que foi dito anteriormente no texto.
- (E) Em “Hoje, a transformação é mais profunda.”, o termo destacado adiciona um argumento ao período.

27

No excerto “Cada profissional tornou-se gestor de si mesmo [...], gerenciando metas pessoais como se fosse uma empresa.”, o termo destacado sinaliza a presença de qual figura de linguagem?

- (A) Eufemismo.
- (B) Onomatopeia.
- (C) Metáfora.
- (D) Comparação.
- (E) Personificação.

28

Assinale a alternativa que analisa corretamente o excerto “A ideia de uma carreira estável numa única empresa parece anacrônica. Ganha espaço uma busca por propósito [...]”.

- (A) O termo “numa” é resultado da junção da preposição “em” + artigo “uma” e pertence à variedade não padrão da língua portuguesa.
- (B) O termo “ideia” não é acentuado porque se trata de uma palavra paroxítona que possui ditongo aberto.
- (C) O verbo “parece” pode ser substituído por “é” sem que isso modifique o sentido original do excerto.
- (D) O sujeito do verbo “ganha” está oculto, mas pode ser recuperado pelo contexto.
- (E) A expressão “de uma carreira estável numa única empresa” é um adjunto que pode ser removido da oração sem que isso prejudique a estrutura sintática ou a semântica do excerto.

29

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, são atributos da redação oficial:

- (A) estilo e zelo; originalidade; concisão; coesão e coerência; impessoalidade; formalidade e padronização; e uso da norma-padrão da língua portuguesa.
- (B) estilo e precisão; objetividade; detalhamento; coesão e coerência; impessoalidade; formalidade e padronização; e uso da norma-padrão da língua portuguesa.
- (C) clareza e suficiência; subjetividade; detalhamento; coesão e coerência; pessoalidade; informalidade e padronização; e uso da norma-padrão da língua portuguesa.
- (D) clareza e precisão; originalidade; coesão e coerência; pessoalidade; formalidade e padronização; e uso da norma-padrão da língua portuguesa.
- (E) clareza e precisão; objetividade; concisão; coesão e coerência; impessoalidade; formalidade e padronização; e uso da norma-padrão da língua portuguesa.

30

Assinale a alternativa que apresenta o uso correto dos pronomes de tratamento no vocativo das comunicações oficiais.

- (A) Tanto para um Ministro de Estado quanto para um Ministro dos Tribunais Superiores, utiliza-se “Senhor Ministro,”.
- (B) Para um Senador da República, utiliza-se “Excelentíssimo Senador,”.
- (C) Para o Presidente do Congresso Nacional, utiliza-se “Senhor Presidente do Congresso Nacional,”.
- (D) Para o Oficial-General das Forças Armadas, utiliza-se “Senhor,”.
- (E) Para o Presidente da República, utiliza-se “Excelentíssimo Presidente da República,”.

Noções de Direito e Legislação

31

Clara é Promotora de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Diante dessa informação, com base na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal nº 8.625/1993), é correto afirmar que

- (A) Clara poderá ter revista sua remuneração através e na forma que a lei federal dispuser.
- (B) Clara terá o vencimento fixado com diferença não excedente a quinze por cento de uma para outra entrância ou categoria.
- (C) Clara está sujeita a regime jurídico especial e tem, entre outras, a garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.
- (D) Clara poderá usufruir de dez dias de licença após contrair casamento.
- (E) Clara possui como prerrogativa, no exercício de sua função, promover inspeções e diligências investigatórias junto às autoridades, órgãos e entidades, após autorização do Procurador-Geral de Justiça.

32

A Resolução nº 261/2023, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), instituiu o Código de Ética do Ministério Público brasileiro. Com base na citada resolução, assinale a alternativa correta.

- (A) Não configura ato atentatório ao decoro do cargo e à dignidade das funções institucionais conduta do membro do Ministério Público que caracterize tratamento injusto ou arbitrário em face de determinada pessoa.
- (B) Considera-se atividade político-partidária exercida pelo membro do Ministério Público a prática de atos de apoio público e direto a determinado candidato ou partido político.
- (C) A integridade de conduta do membro do Ministério Público, realizada fora do âmbito da atividade funcional, não é pertinente para a contribuição da fundada confiança dos cidadãos na Instituição.
- (D) Não é dever do membro do Ministério Público zelar pela razoável duração dos processos judiciais sob sua responsabilidade, considerando que eles tramitam sob a gerência do Poder Judiciário.
- (E) O membro do Ministério Público não exercerá atividade empresarial, ainda que na condição de acionista ou cotista, mesmo que não seja o controlador ou gerente.

33

José, após aprovação em concurso, tomou posse no cargo de membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, prestou compromisso e iniciou o exercício na carreira no ano de 2024. Nesse caso, considerando o tempo de carreira e de acordo com o Estatuto do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 6.536/1973), é correto afirmar que

- (A) José deverá participar de cursos e eventos oficiais ou reconhecidos, como etapa obrigatória do processo de seu vitaliciamento.
- (B) José poderá, futuramente, afastar-se do cargo para exercer ou concorrer a cargo eletivo.
- (C) José possui, desde logo, o direito de obter licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares.
- (D) José poderá ser considerado inapto para o exercício do cargo somente se obtiver, na avaliação, conceito insuficiente.
- (E) José poderá se afastar do cargo para frequentar cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos, no País ou no exterior, com prévia autorização do Procurador-Geral de Justiça, ainda que em estágio probatório.

34

A respeito da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, é correto afirmar que é órgão da Administração Superior do Ministério Público

- (A) Centro de Apoio Operacional.
- (B) Órgão de Apoio Administrativo.
- (C) Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- (D) Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.
- (E) Comissão de Concurso Público.

35

No que concerne ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), assinale a alternativa correta.

- (A) O CNMP é composto por quinze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (B) O CNMP é composto por quinze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (C) O CNMP é composto por quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (D) O CNMP é composto por quinze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Senado Federal.
- (E) O CNMP é composto por quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

36

Fernando é servidor público do Estado do Rio Grande do Sul, contando com mais de 20 anos de serviço efetivo, e, atualmente, desempenha funções em determinada Secretaria de Estado. Nesse caso, de acordo com Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul (Lei Complementar nº 10.098/1994), é correto afirmar que Fernando

- (A) poderá receber ajuda de custo, calculada sobre sua remuneração, conforme disposto em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a dois meses de sua remuneração.
- (B) em caso de deslocamento, poderá receber metade de uma diária, quando o trajeto se der para distâncias inferiores a cinquenta quilômetros.
- (C) possui, a cada triênio de efetivo exercício no serviço público, direito a um acréscimo de dois por cento, denominado avanço, a ser calculado na forma da lei.
- (D) poderá, mediante requerimento e havendo concordância da chefia, gozar de suas férias em até três períodos.
- (E) poderá ter incorporado à sua remuneração, inclusive para fins de aposentadoria, eventual gratificação por exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas.

37

Com base na Lei Estadual nº 15.516/2020, que estabelece o Plano de Cargos, Carreiras e Salários no Quadro de Pessoal de Provedimento Efetivo dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa correta.

- (A) O merecimento será aferido pela chefia imediata, a partir dos títulos encaminhados e da avaliação de desempenho, na forma prevista em regulamento.
- (B) Para fins de desenvolvimento na carreira, a antiguidade será aferida pelo tempo de efetivo exercício na classe, independentemente da especialidade, considerado o tempo anterior à reclassificação.
- (C) As avaliações dos três últimos anos do estágio probatório serão consideradas para efeitos da promoção da classe inicial.
- (D) Assegura-se a promoção no percentual mínimo de trinta por cento do total de todos os integrantes de cada classe dos cargos de carreira, na forma do regulamento a ser editado.
- (E) A promoção é a movimentação do servidor de uma classe para a classe superior subsequente, pelos critérios de merecimento e antiguidade, alternadamente, observado o interstício de dois anos em relação ao certame imediatamente anterior.

38

Atena é a atual Procuradora-Geral de Justiça do MPRS, sendo a primeira vez que ocupa tal cargo. Com base nas disposições da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa INCORRETA

- (A) Atena foi investida no cargo de Procuradora-Geral de Justiça pelo Governador do Estado, após escolha entre integrantes da carreira, indicada em lista tríplice, mediante eleição, para mandato de dois anos.
- (B) Atena poderá ser destituída do cargo de Procuradora-Geral de Justiça, por deliberação da maioria absoluta da Assembleia Legislativa, nos casos e na forma da lei complementar estadual.
- (C) Na qualidade de Procuradora-Geral de Justiça, Atena comparecerá à Assembleia Legislativa, semestralmente ou quando convocada, para relatar, em sessão pública, as atividades e necessidades do Ministério Público.
- (D) Atena seria presumidamente investida no cargo de Procuradora-Geral de Justiça por ter sido a integrante mais votada da lista tríplice, em caso de inércia do Governador durante o decurso do prazo de escolha.
- (E) Atena, após o decurso do prazo de dois anos do exercício da função de Procuradora-Geral de Justiça, poderá ser reconduzida por igual período, na forma da lei complementar.

39

Acerca das disposições constitucionais sobre o Ministério Público, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei orçamentária anual.
- () Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- () Ressalvada a forma de investidura, aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as mesmas disposições constitucionais aplicadas aos demais membros do Ministério Público, inclusive quanto aos direitos e às vedações.
- () A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

- (A) F – F – V – F.
- (B) V – F – V – F.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – F – V – V.
- (E) F – V – F – V.

40

Nos termos da Ordem de Serviço nº 06/2015 do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre as diretrizes e instruções a respeito da classificação e do tratamento das informações com restrição de acesso, é correto afirmar que

- (A) a expedição de documentos com restrição de acesso deve ser realizada mediante serviço postal.
- (B) a classificação de acesso está relacionada com o conteúdo da informação indicado pelo assunto e deverá ser realizada no mesmo momento da classificação deste no Sistema.
- (C) a embalagem externa que conter documentos com restrição de acesso deverá indicar apenas o nome, a função do destinatário e seu endereço, sem prejuízo da anotação referente à qualidade da restrição imposta ao documento.
- (D) deve ser realizada de maneira automática a desclassificação de sigilo, a partir da data da prescrição de sigilo.
- (E) a reprodução de dados ou informações com restrição de acesso poderá ser do todo ou de parte do documento, não necessitando ter a mesma classificação de restrição de acesso do documento original, inclusive nos casos de ativos de informação, em ambiente informatizado.

41

Acerca dos crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Para os efeitos penais, considera-se funcionário público aquele que exerce cargo, emprego ou função pública, ainda que sem remuneração, excluídos aqueles que exerçam essas funções de forma transitória.
- (B) A violência arbitrária praticada por servidor público no exercício de suas funções é punível com pena privativa de liberdade na modalidade reclusão.
- (C) Comete o delito de violação de sigilo funcional o funcionário público que se utiliza, indevidamente, do acesso restrito às informações ou dados de sistemas da Administração Pública.
- (D) A configuração do delito de excesso de exação exige que o funcionário público tenha plena consciência de ser indevido o tributo exigido.
- (E) Não se equiparam a funcionário público, para os efeitos penais, aqueles que trabalham para empresas prestadoras de serviço contratadas para execução de atividade típica da Administração Pública.

42

Examine as seguintes situações hipotéticas:

1. Maria, servidora pública estadual, no exercício de seu cargo, praticou ato contra disposição expressa de lei, visando satisfazer interesse próprio.
2. João, servidor público municipal, em razão do exercício de sua função, recebeu em benefício de outrem promessa de vantagem indevida.

Conforme o Código Penal, Maria e João responderão, respectivamente, pelos crimes de

- (A) concussão e peculato.
- (B) prevaricação e advocacia administrativa.
- (C) corrupção passiva e concussão.
- (D) concussão e condescendência criminosa.
- (E) prevaricação e corrupção passiva.

43

Conforme expressamente disposto na Constituição Federal de 1988, acerca do mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) Para possibilitar a impetração de mandado de segurança coletivo pelo partido político, a Constituição Federal não exige que sua constituição tenha ocorrido há pelo menos um ano.
- (B) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, ainda que amparado por habeas-corpus ou habeas-data.
- (C) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, tenha ou não representação no Congresso Nacional.
- (D) Conceder-se-á mandado de segurança para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) Associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos pode impetrar mandado de segurança em defesa dos interesses de seus associados.

44

Acerca da organização do Estado, consoante disposto na Constituição Federal de 1988, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de vinte dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios e os preceitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e na Constituição do respectivo Estado.
- () Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, facultada a edição de medida provisória para sua regulamentação.
- () O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
- () As contas dos Municípios ficarão, durante trinta dias, semestralmente, à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá, nos termos da lei, questionar-lhes a legitimidade.

- (A) V – F – F – F.
- (B) F – F – V – V.
- (C) V – V – F – V.
- (D) F – F – V – F.
- (E) V – V – F – F.

45

O Município Alfa atualmente possui uma população de 110 mil habitantes; destes, 65 mil são eleitores. À luz da Constituição Federal de 1988, a composição da Câmara Municipal de Vereadores do Município Alfa pode ter o máximo de

- (A) 9 (nove) vereadores.
- (B) 13 (treze) vereadores.
- (C) 15 (quinze) vereadores.
- (D) 17 (dezessete) vereadores.
- (E) 19 (dezenove) vereadores.

46

Quanto à organização dos Poderes, na forma disciplinada pela Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador-Geral da República que defenderá o ato ou texto impugnado.
- (B) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (C) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (D) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de dois terços dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- (E) O Conselho Nacional de Justiça é composto por onze membros, dentre eles, um cidadão, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicado pelo Congresso Nacional.

47

No tocante aos direitos fundamentais, sob a perspectiva das gerações (ou dimensões), é correto afirmar que os direitos fundamentais ligados à igualdade material, compreendendo os direitos sociais, econômicos e culturais, pertencem aos

- (A) direitos fundamentais de primeira geração.
- (B) direitos fundamentais de segunda geração.
- (C) direitos fundamentais de terceira geração.
- (D) direitos fundamentais de quarta geração.
- (E) direitos fundamentais de quinta geração.

48

O Município Beta editou ato normativo da espécie “resolução” visando ordenar, reorganizar e coordenar o bom funcionamento dos serviços prestados pelos servidores de determinado órgão público. À luz do direito administrativo, é correto afirmar que o ato deriva do poder

- (A) hierárquico.
- (B) regulamentar.
- (C) normativo.
- (D) disciplinar.
- (E) discricionário.

49

A respeito dos variados temas de Direito Administrativo, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O servidor público municipal que utilizar bens públicos em proveito próprio comete improbidade administrativa na modalidade dano ao erário (art. 10 da Lei nº 8.429/1992).
- II. Quanto ao tema do controle da Administração Pública, em específico ao controle realizado pelo Poder Legislativo, é correto afirmar que este realiza o controle político e financeiro, esse último, com auxílio dos Tribunais de Contas.
- III. O vício do ato administrativo que diz respeito ao elemento finalidade caracteriza o chamado desvio de poder.
- IV. A Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas sobre licitações e contratos administrativos, considerando o princípio da publicidade, veda a possibilidade de imposição de sigilo sobre o orçamento estimado da contratação.

- (A) Apenas I e IV.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Apenas I e II.

50

A discricionariedade que qualifica o ato administrativo pode dispensar a observância de elemento(s) constitutivo(s) do próprio ato. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse(s) elemento(s).

- (A) Finalidade.
- (B) Motivo e forma.
- (C) Objeto e motivo.
- (D) Motivo e finalidade.
- (E) Objeto.

51**Acerca da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), assinale a alternativa correta.**

- (A) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não é capaz de afastar a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- (B) Por possuir um regramento próprio, a lei de improbidade administrativa não garante a aplicação dos princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
- (C) Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas ou culposas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 da lei de improbidade administrativa, ressalvados os tipos previstos em leis especiais.
- (D) A responsabilidade sucessória prevista na lei de improbidade administrativa não é cabível quando decorrer de sucessão provocada por meio de fusão ou cisão societária.
- (E) As disposições da lei de improbidade administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induzir ou concorrer dolosamente para a prática do ato de improbidade.

52**A Lei nº 14.133/2021 estabelece normas sobre licitações e contratos administrativos, permitindo a contratação direta por meio de dispensa de licitação. Dessa forma, são hipóteses mediante dispensa de licitação, com base no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, as seguintes, EXCETO**

- (A) contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.
- (B) aquisição ou locação de imóvel, cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- (C) contratações nos casos de emergência ou de calamidade pública.
- (D) compras que envolvam valores inferiores a R\$ 50.000 (cinquenta mil reais).
- (E) contratação nos casos de guerra, estado de defesa e estado de sítio.

53**Quanto aos bens, na forma disciplinada pelo Código Civil, é correto afirmar que**

- (A) perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, ainda que para nele se reempregar.
- (B) o uso comum do bem público não pode ser objeto de retribuição, devendo ser assegurado o uso gratuito.
- (C) consideram-se bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar, desde que a incorporação seja por ato voluntário.
- (D) é permitida a alienação de bens públicos dominicais, observadas as exigências da lei.
- (E) as benfeitorias úteis são as que têm por finalidade conservar o bem ou evitar que se deteriore.

54**Assinale a alternativa correta a respeito dos defeitos dos negócios jurídicos, na forma das disposições do Código Civil.**

- (A) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear a anulação, este será de dois anos, contados da data do conhecimento do motivo que ensejou o pedido de anulação.
- (B) A invalidade do instrumento induz a invalidade do negócio jurídico, ainda que este pudesse provar-se por outro modo.
- (C) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- (D) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas poderá se convalidar pelo decurso do tempo.
- (E) É nulo o negócio jurídico celebrado mediante fraude contra credores.

55

Em relação às pessoas naturais, no que concerne à ausência, na forma disciplinada pelo Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Decorridos dez anos da arrecadação dos bens do ausente, poderão os interessados requerer a abertura da sucessão definitiva.
- (B) Na falta de cônjuge, a curadoria dos bens do ausente incumbe aos pais ou aos descendentes, sendo que, quanto aos descendentes, os mais velhos precedem os mais novos.
- (C) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória produzirá efeitos noventa dias após publicação na imprensa.
- (D) Os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipotecar, quando o ordene o juiz, para lhes evitar a ruína.
- (E) A abertura da sucessão definitiva também pode ser requerida se comprovado que o ausente contava com setenta e cinco anos de idade e que já se passaram cinco anos desde as últimas notícias dele.

56

De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa que apresenta uma pretensão, cuja prescrição ocorre no prazo de 3 (três) anos.

- (A) A pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.
- (B) A pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele.
- (C) A pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- (D) A pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- (E) A pretensão dos tabeliães dos árbitros e peritos pela percepção dos honorários.

57

Acerca do Provimento nº 11/2016 que dispõe sobre a criação do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MEDIAR-MPRS), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É atribuição do MEDIAR-MPRS propor atuações de cunho estrutural em casos concretos de interesse público e de relevância social.
- (B) Os Coordenadores de Centros de Apoio Operacionais poderão ser convidados a participar das reuniões e sessões de autocomposição, com intuito de trazer subsídios técnicos às respectivas áreas de atuação.
- (C) O MEDIAR-MPRS tem sede na Capital, com atuação em todo o território estadual, podendo também atuar em parceria com outros Ministérios Públicos brasileiros, mediante formalizações institucionais, respeitadas as regras de competências processuais.
- (D) A coordenação administrativa do MEDIAR-MPRS será exercida por Promotor ou Procurador de Justiça com formação e/ou experiência em métodos autocompositivos.
- (E) O MEDIAR-MPRS é vinculado à Secretaria-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça.

58

Um cidadão, com mais com 75 anos de idade, solicitou, perante determinado órgão público, informações sobre assunto de interesse público municipal. Considerando essa situação e com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), é correto afirmar que

- (A) para a obtenção da informação postulada pelo cidadão, vedam-se quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação, considerando se tratar de informações de interesse público.
- (B) sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, é obrigatório ao órgão ou entidade oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.
- (C) em razão da idade do requerente, a Lei de Acesso à Informação lhe garante prioridade no atendimento de sua solicitação, devendo a informação ser prestada em no máximo cinco dias.
- (D) no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o cidadão interpor recurso contra a decisão no prazo de quinze dias a contar da sua ciência.
- (E) não sendo possível conceder o acesso imediato à informação disponível, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a trinta dias, comunicar data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão.

59

Assinale a alternativa correta no que diz respeito à Resolução nº 276/2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre a Política Nacional do Ministério Público Digital.

- (A) Os ramos e unidades do Ministério Público que fizerem uso dos dados disponibilizados na Plataforma não serão responsáveis pelo registro de sua origem e preservação de sua segurança e qualidade.
- (B) O Manual do MP Digital será objeto de revisão, sempre que houver necessidade, mediante alteração da Resolução nº 276/2023, após parecer do Comitê Gestor do MP Digital sobre o mérito.
- (C) Caberá ao Comitê Gestor do MP Digital a elaboração do Manual do MP Digital, a ser finalizado no prazo máximo de um ano, respeitadas as informações mínimas solicitadas na Resolução nº 276/2023.
- (D) O Catálogo de Soluções Digitais reunirá informações sobre as soluções tecnológicas implementadas e utilizadas, excluídas as soluções tecnológicas ainda em desenvolvimento em cada ramo ou unidade do Ministério Público.
- (E) Será dispensada a celebração de convênio, acordo de cooperação técnica ou instrumento congêneres para compartilhamento de dados e serviços de integração entre os ramos e unidades do Ministério Público que tiverem aderido à Plataforma MP Digital.

60

Quanto às disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), é correto afirmar que

- (A) os serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, não se sujeitam ao mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito público, nos termos da LGPD.
- (B) não é permitido ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso.
- (C) o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade será composto de vinte e três representantes, titulares e suplentes.
- (D) o tratamento de dados pessoais de crianças pode ser realizado sem o consentimento específico dos pais ou responsável legal.
- (E) os órgãos notariais e de registro podem, a seu critério, fornecer acesso aos dados por meio eletrônico para a Administração Pública.

